

apossará, surgirem ordens do dia quilométricas, não com dezenas mas até com centenas de projetos para uma só sessão, que não se culpe a oposição por ter feito a Assembléia chegar aquele ponto! Que se culpe o ilustre líder da maioria e ao próprio grupo parlamentar situacionista, que passa meses boicotando e torpedeando a realização das sessões ordinárias, para, em sessões extraordinárias sucessivas, discutir e votar exclusivamente projetos de interesse do Executivo e proposições oriundas de S. Exa. o Príncipe dos Campos Elísios.

O Sr. Ciro Albuquerque (com assentimento do orador) — V. Exa. tem razão, nobre deputado Hilário Torloni. Esta Assembléia abdicou muito de suas prerrogativas, quando aprovou o crédito de 100 bilhões de cruzeiros para recursos a serem aplicados independentes do Plano de Ação do Governo apresentada a esta Casa. Recordo-se V. Exa. da luta travada em torno desta proposição e da emenda apresentada pelo nobre deputado Marco Antônio, procurando vincular tais recursos ao Plano de Ação do Governo. A Assembléia, ao rejeitar tal emenda, nobre deputado, abdicou de muitas de suas prerrogativas, e a tramitação das proposições nesta Casa, infelizmente, não tem sido concluída.

As proposições, após sua aprovação em 1.ª discussão, entram na sua grande maioria para um desvio, que não sabemos bem qual seja. Uns dizem que são arquivadas, outros que ficam nas gavetas. A verdade é que dificilmente tais proposições lezram a aprovação desta Casa. Parece que os Srs. deputados situacionistas desejam desonerar ou desobrigar o Governador de vetar proposições que não estão de acordo, por contrariarem as finanças do Governo. O fato é que V. Exa. levanta um problema que vem desmerecendo esta Casa e que por certo encontrará guarida na atuação futura do nobre líder da maioria neste Parlamento.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Muito obrigado, nobre deputado Ciro Albuquerque.

O Sr. Luciano Lepera (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Hilário Torloni, temos também combatido a atuação da maioria nesta Casa quanto ao que V. Exa. se vem referindo. Não que não concordemos com as opiniões políticas alheias, nem que discordemos quanto ao método deste ou daquele deputado de escolher o modo de se suicidar. Acontece, porém, que aí não se trata do suicídio de um ou outro deputado. Parece-nos que a questão é mais grave. Trata-se de atentado à própria democracia, porque é um atentado ao Poder Legislativo. O povo, a toda geralmente mal informado, não tem a menor noção de como vem funcionando um parlamento onde predominam as maiorias que apoiam incondicionalmente os governos. Isto foi o que lamentamos na última campanha política, combatendo a candidatura do Sr. Jânio Quadros. Em todos os comícios em que tivemos oportunidade de participar, tratávamos de tentar explicar ao povo a respeito de como vem funcionando o Poder Legislativo, para dizer que existe no momento uma ditadura do Executivo, para dizer ao povo que, infelizmente, o Poder Legislativo quase não existe, porque há uma maioria que apoia incondicionalmente o Governo e que esse Governo é que elabora as ordens do dia, porque, somente são incluídos nas ordens do dia os projetos de interesse do Executivo. O povo, então, nos pergunta, a todo instante, tanto na Capital como em inúmeras cidades do Interior: Por que a Assembléia Legislativa, por que os Srs. deputados não aprovam este ou aquele projeto? Por que não tratam de um combate contra a carestia? E, assim, sucessivamente, nos fazem inúmeras perguntas. A resposta é sempre a mesma: porque, infelizmente, inúmeros projetos ficam quase que como engavetados, enquanto a Assembléia discute exclusivamente aqueles de interesse do Executivo. Parece isto, principalmente num momento como este, um atentado ao regime democrático, porque o povo está descrendo do Legislativo. E o povo que descre do Legislativo, é o povo que marcha para a direita, para uma ditadura fascista. Sabemos que há sempre os interessados nos golpes. Sabe-se que, principalmente no mundo de hoje, quando há sempre uma evolução há aqueles interessados em que o povo não marche para diante. Estes estão sempre interessados, no Parlamento, na imprensa e na rua, em fazer com que o povo descreia do Legislativo. Promovem uma campanha sistemática contra o Legislativo. E uma delas é a que vem sendo feita, conscientemente ou inconscientemente, por parte de certos colegas nossos.

Não discutimos, no momento, a questão político-partidária. Parece-me, apenas, que ilustres colegas nossos, que têm todo o direito de apoiar este ou aquele governo, esquecem-se, por causa de interesses político-partidários, de defender o principal, que seria a soberania do Legislativo, e assim, pois, a própria essência do regime democrático. Estariam caminhando para o fascismo. Ao que tudo indica, marchamos para a direita, porque o povo, descrendo do Legislativo, como está descrendo, amanhã aceitará a atitude de um presidente, de um chefe de nação messiânico, ou coisa que o valha, e ele, sem dúvida, acabará repetindo o que houve em 37. Poderá aplicar um golpe ditatorial e, infelizmente, contará com a maioria do povo, porque esse povo estará descrente do Legislativo.

O SR. HILÁRIO TORLONI — O nobre deputado Luciano Lepera tem razão, vivemos num regime autocrático, num regime ditatorial. Daqui para uma ditadura, da direita ou da esquerda, é um passo apenas, um passo apenas adiante. Não há dúvida de que a Assembléia está abdicando dos seus direitos, está cavando seu próprio túmulo, a sua própria ruína, não cuidando, sequer, da sobrevivência do regime em que vivemos.

O Sr. Onofre Gosuen — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Ouço, com prazer, o nobre deputado Onofre Gosuen.

O Sr. Onofre Gosuen — Nobre deputado Hilário Torloni, dando também a nossa parcela de colaboração, vimos, como diz o caboclo, "matar a cobra e mostrar o porrete". Vamos, então, mostrar o porrete, porque estamos incluídos entre os 91 deputados que há quase dois anos ainda não viram um projeto seu aprovado nesta Casa.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Aprovado ou rejeitado? Nem votado.

O Sr. Onofre Gosuen — Dos diversos projetos beneficiando a nossa região, vinhamos acompanhando a tramitação de três ou quatro, em primeira discussão, e não foi pouco o trabalho que tivemos junto às comissões e também para a sua aprovação em primeira discussão. Um exemplo é o projeto de lei apresentado em março de 1959, criando um ginásio estadual no município de São José da Bela Vista, região de Franca. O projeto foi aprovado em primeira discussão, se não me falha a memória, em julho. Agora, Sr. deputado Hilário Torloni, há questão de duas semanas, pelo Plano de Ação, o Sr. Governador criou um ginásio no município de São José da Bela Vista. Criado, portanto, pelo Plano de Ação, por um decreto do Executivo, o ginásio São José da Bela Vista, pergunto então, ao nobre deputado: qual será o fim deste nosso projeto já aprovado em primeira discussão?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Mas foi o ginásio criado por decreto?

O Sr. Onofre Gosuen — Por decreto do Executivo, dentro do Plano de Ação.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Isso é uma novidade absoluta!

O Sr. Onofre Gosuen — Então pergunto para que, de hoje em diante, apresentarmos mais projetos aqui no Parlamento se estamos nessa situação que acabamos de expor? Será mais interessante fazermos uma relação, através de uma indicação a ser encaminhada para o Executivo, e depois apresentarmos passar o tempo nesta Casa. Esta é a solução pois conseguimos aprovação de um projeto em primeira discussão, depois de percorrer tantas comissões e tantas sessões, e agora, um decreto do Executivo cria um ginásio em São José da Bela Vista. Pode o nobre deputado Hilário Torloni responder a esta minha pergunta?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Endereço a interpelação do nobre deputado Onofre Gosuen ao ilustre líder do Governador nesta Casa, deputado José Felício Castellano para que ele responda à justa pergunta um tanto irada do nobre colega.

Dito isto, queria entrar no exame do Projeto de lei n. 154-60, mas antes de fazê-lo gostaria de rememorar aquilo que dissemos em sessões anteriores sobre a matéria, poucas palavras, portanto, à guisa de resumo. Sobre o que foi dito, como introdução à primeira discussão deste projeto de lei, em discussões anteriormente proferidos.

Estávamos a perguntar o pensamento nuclear do Governo ao enfrentar o problema de uma revisão agrária e confrontando documentos do próprio Governo verificamos que a confusão na área governista é de pasmar. Dissemos a V. Exas., como primeira contradição flagrante do Governo frente à revisão agrária que propõe a esta Casa, que o Governo propõe uma revisão agrária para dez anos e confessa que durante estes dez anos atenderá de 350 a, no máximo, 1.000 interessados em adquirir pequenas propriedades agrícolas. Pelos próprios dados do Governo há neste ano cerca de 150.000 acasalários agrícolas interessados em adquirir propriedades; a 1.000 por ano que serão atendidos, infere-se que por este projeto de lei o Governo levará cerca de 150 anos para atender aos atuais interessados na aquisição de lotes rurais de áreas de 50 hectares. É um projeto feito para 10 anos mas em 150 anos atender-se-á no máximo a 10.000 interessados, quando, atualmente, aqueles que pretendem adquirir a sua pequena propriedade chegam a 150.000. Daqui a dez anos serão 200.000. Então verificaremos que a base lançada pelo atual Governo em relação à revisão agrária, é infantil. É um projeto para dez anos que levará 150 para atender aos atuais interessados na aquisição de pequenas propriedades agrícolas. Vemos que o projeto não tem embasamento financeiro, não tem fundamento nem alicerces econômicos. É um projeto lançado, como aqui foi dito ontem por um nobre deputado do Governo, apenas para provocar a discussão, ao que respondi eu que a função do Governo não é provocar discussões

de nenhum problema: isto é função de jornal, de repórter de jornal, estes sim, na sua alta missão, aventam as hipóteses, provocam as discussões do problema, mas as soluções quem deve dar é o Governo. Mas o Governo que apenas equacionasse o problema, sem apontar as devidas soluções, não seria governo formado, integrado por estadistas. Seria um governo no máximo de repórteres. É-se governo que apenas anunciasse os problemas para que fossem discutidos. Se o governo queria apenas alertar o povo sobre a necessidade de uma revisão agrária, por que, então, não consultou os interessados, para elaborar, como conclusão desses estudos, o seu projeto? O Sr. Secretário da Agricultura confessou, nesta Casa, que não consultou nenhuma entidade de classe, que fez o seu projeto com alguns técnicos apenas, da Secretaria da Agricultura, e lendo que ele havia sido realizado em outros países e mais pela recomendação da ONU a respeito da necessidade de uma revisão agrária nos países subdesenvolvidos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. deputados, parece pueril essa tentativa do governo, como primeiro passo que é de ser necessário dar para a revisão da estrutura agrária de São Paulo. Para se dar esse primeiro passo seria necessário que o governo abrisse os horizontes para que os seus sucessores seguissem a mesma senda; entretanto, o projeto fecha os horizontes, não abre novos horizontes, nem atribui futuramente novas recomendações que possam embasar, de maneira mais sólida, essa atitude do governo no loteamento das propriedades inaproveitáveis.

Ninguém pode ser contra — e eram as palavras com que iniciei o meu debate a respeito desta matéria — ninguém pode ser contra a divisão nos latifúndios para a entrega daqueles que trabalham a terra. É direito natural que aqueles que trabalham a terra tenham acesso à propriedade rural.

Isto é fundamento do direito natural a que ninguém poderia fugir. Mas se o governo quer enfrentar esse problema e traça um projeto a prazo fixo de 10 anos, como se pode entender como uma base a sua revisão agrária em termos financeiros que exigirão 150 anos para atender aqueles que em 1960 estão interessados na aquisição de sua pequena propriedade?

Esse foi o primeiro aspecto. Agora vejamos o segundo aspecto.

O Sr. Antônio Mastrocola — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado Hilário Torloni, V. Exa., com a inteligência e cultura que lhe são peculiares, vem criticando o projeto de revisão agrária do Estado, de alguns dias a este momento e acredito que, como V. Exa. afirma, a sua maior crítica inicial se prende ao fato de o projeto não prever a solução do problema de forma total. Aliás, o nobre deputado Costabile Romaró, muito digno e ilustre líder da bancada do Partido Trabalhista Nacional teve oportunidade de formular uma pergunta ao Sr. Secretário da Agricultura, estranhando que o projeto só apresentasse capacidade governamental para a solução do problema com referência a mais ou menos 350 propriedades agrícolas do nosso Estado. A resposta do Sr. Secretário foi precisamente a de que o projeto tem por objetivo apresentar a questão a esta Assembléia como projeto necessário, deixando aos ilustres representantes do povo nesta Casa, entre os quais V. Exa. se destaca, (muito bem!) pelo estudo que está fazendo da questão a apresentação dos meios necessários para um alargamento das possibilidades da lei, se esta Assembléia assim o desejar. Na realidade, nobre deputado Hilário Torloni, V. Exa. há de compreender que nenhum problema pode ser solucionado integralmente, logo no seu início, no início da sua apresentação. Vamos exemplificar com a questão do asfaltamento das nossas rodovias: durante muitos anos o Estado de São Paulo asfaltou — desde que foram construídas as estradas principais, nas proximidades da Capital — somente 700 quilômetros de estradas. Mas depois, com experiência técnica e com os meios oferecidos pela arrecadação maior por parte do Governo Estadual, foi possível o planejamento e asfaltamento de milhares de quilômetros, o que vem sendo feito desde o início do governo do atual Presidente eleito, Jânio Quadros. Por isso, V. Exa. há de compreender que num problema de tal importância, de tal magnitude, como o da Revisão Agrária, no Estado de São Paulo, não se pode de início pedir, nem se pode sequer desejar a apresentação de meios para a solução da situação de todos os trabalhadores rurais que estão desejosos de adquirir lotes para trabalhar a terra em nosso Estado. A resposta do Sr. Secretário da Agricultura, na minha opinião, e que foi ontem confirmada pelo membro da minha bancada, o ilustre deputado Israel Dias Novais, está bastante satisfatória, uma vez que, nobre deputado Hilário Torloni, tendo em vista as afirmações de V. Exa., os estudos que V. Exa. e outros deputados da oposição vêm realizando, poderemos, para a segunda discussão do projeto, apresentar os meios necessários a fim de que a Secretaria da Agricultura possa servir a um maior número de paulistas que desejam realmente terras para cultivar.

O Sr. Bento Dias Gonzaga — (Para reclamação) Nobre deputado Hilário Torloni, com permissão de V. Exa. solicito a palavra, a fim de pedir à Presidência para que proceda a uma verificação de presença, uma vez que, estando o plenário vazio, não podem os Srs. deputados ouvir o brilhante discurso de V. Exa. e o aparte do nobre deputado Antônio Mastrocola.

O SR. PRESIDENTE — E' regimental o pedido de V. Exa. A Presidência convida os nobres deputados Cardoso Alves e Nagib Chaib a auxiliarem a Mesa na verificação de presença.

— E' feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 32 Srs. deputados. Continua com a palavra o nobre deputado Hilário Torloni.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. deputados.

O nobre deputado Antônio Mastrocola, no aparte com que me honrou há pouco, repete a confissão do Sr. Secretário da Agricultura: de que se trata mesmo de um tímido ensaio para início de uma revisão agrária.

Nós não condenamos o governo por isso. Acharmos que se quer ensaiar os primeiros passos para uma revisão agrária, deve fazê-lo. Acharmos, entretanto, que os termos em que coloca o problema é que estão errados. Mas esse é outro assunto, que discutiremos depois.

O que não entendemos é como o governo de São Paulo quer impingir à opinião pública fato diverso deste. O governo de São Paulo não explica ao interior que os lavradores assalariados não vão ser atendidos por este projeto, na medida de suas expectativas e de suas esperanças. (Muito bem!) Ele não explica ao interior que se trata apenas de uma experiência inicial de revisão agrária.

Os Srs. Antônio Mastrocola e Wilson Lapa — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Pelo contrário. O que o governo impingiu à opinião pública é que se trata de uma revisão agrária autêntica, estimulando, então, as esperanças de todos aqueles que, trabalhando a terra, querem dela ser donos.

O Sr. Antônio Mastrocola — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Wilson Lapa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre deputado Hilário Torloni com a afirmação de V. Exa. desmorona-se por completo o projeto de revisão agrária do Executivo. Isto porque os trabalhadores do Estado de São Paulo, os arrendatários, principalmente que são as maiores vítimas da vida agrícola, vão ver com óculos o projetinho de reforma agrária. Os trabalhadores do município de Santa Fé do Sul, da fazenda de Zico Diniz, jamais irão encontrar neste projeto solução para as aflições em que vivem. Este projeto não objetiva socorrer o trabalhador propriamente dito; significa, antes de tudo, ludíbrio completo e absoluto aos interesses mais sagrados dos que configuram a produção no Estado de São Paulo, que são os autênticos trabalhadores, os que lavram a terra, os arrendatários de terras.

O SR. HILÁRIO TORLONI — Tem razão V. Exa., nobre deputado Wilson Lapa.

O Sr. Antônio Mastrocola — V. Exa. permite um aparte?

O SR. HILÁRIO TORLONI — Daí por que o projeto é tido por grandes setores da opinião pública, não como uma revisão agrária, mas como uma reforma fiscal, pois que vendo que o projeto, como muito bem qualificou V. Exa., é um projetinho de revisão agrária, pois que dá apenas para alguns átomos de esperanças lavradores que queiram ser proprietários o Governo, então, por meio de vastíssima e caríssima publicidade, financiada pelos cofres públicos de São Paulo, intenta impingir à opinião pública que se trata de uma autêntica revisão agrária, que em 10 anos os loteamentos estarão liquidados e que os atuais assalariados, os parceiros, os arrendatários, os colonos, todos eles que se qualificaram como interessados na aquisição de suas propriedades, estarão atendidos. Quando a realidade é diversa. Por esse projeto, são necessários 150 anos, segundo os dados confessados pelo próprio Sr. Secretário da Agricultura, para atender aqueles que hoje se interessam por adquirir a sua pequena propriedade agrícola. Então, não é nem ensaio.

E, mesmo que o fosse, como se explica que o Sr. Governador faça uma toarda dessa ordem, uma estardalhaço dessa natureza, levantando a opinião pública em todos os seus setores, dizendo que vai enfrentar o problema da reforma agrária em São Paulo. Então, é preciso que se diga aos lavradores do interior que não vão ser atendidos, que aqueles que têm mais de dois anos de trabalho da terra, comprovadamente, podem inscrever-se na longa lista dos 150 mil interessados e que, um dia, num futuro longínquo, os seus descendentes netos ou bisnetos, talvez sejam chamados para adquirir sua pequena propriedade agrícola, na longa lista dos 150 mil interessados, que é o cálculo do próprio Sr. Secretário da Agricultura, transmitido a esta Casa.

— (E' dado um aparte sem solicitação.)

O Sr. Antônio Mastrocola (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Hilário Torloni, pretendo responder às últimas afirmações de V.